

# QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS DAS LICITAÇÕES

Os princípios das licitações públicas são:

- 1** Economicidade e eficiência
- 2** Igualdade
- 3** Impessoalidade
- 4** Isonomia
- 5** Julgamento objetivo
- 6** Legalidade
- 7** Moralidade
- 8** Probidade administrativa
- 9** Publicidade
- 10** Vinculação ao instrumento convocatório

Descritos a seguir:

# 1 PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E EFICIÊNCIA

O objetivo da licitação é a escolha da proposta **mais vantajosa**, seja melhor preço, melhor técnica ou técnica e preço. A técnica deve estar descrita como um dos critérios de seleção no edital, levando em consideração a boa gestão dos recursos públicos.

## 2 PRINCÍPIO DA IGUALDADE

Guarda relação com o princípio da isonomia porque também pretende oferecer aos licitantes **igualdade de direitos**. Assegura que a administração não faça discriminação entre os participantes de um certame, por exemplo, criando cláusulas no edital que favoreçam algumas empresas em detrimento de outras.

## PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

Significa dizer que a administração deve adotar **critérios objetivos e pré-estabelecidos** para suas decisões, aplicando a imparcialidade, sendo objetiva em suas decisões e atitudes.

## PRINCÍPIO DA ISONOMIA

Esse princípio também está estabelecido na Constituição Federal no art. 5º. Garante que como “**todos são iguais perante a lei**” em licitações, isto é, garante que todos os licitantes serão tratados de forma igual, exceto o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, conforme o art. 3 (parágrafos 14 e 15) e art. 5 na Lei 8666/93 respaldando a administração pública.

## PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO

O julgador, seja o Pregoeiro ou a Comissão de Licitação, deve **observar os critérios do edital** nos seus julgamentos, além de utilizar critérios objetivos, pré-estabelecidos havendo fundamento no edital e na lei.

## PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

Esse princípio significa que a administração deve agir sempre **dentro do que a lei permite**, incluindo o próprio poder público sob pena de invalidar seus atos.

# PRINCÍPIO DA MORALIDADE

Determina que a administração tenha uma **conduta de boa-fé**, estipulando que seus atos estejam em conformidade com a ética, tanto pela própria administração, quanto pelos licitantes.

# PRINCÍPIO DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA

Ele pressupõe que haja **ética e moral** em todas as condutas da administração, que o órgão aja de acordo com a boa-fé na condução do processo licitatório.

A Constituição Federal prevê sobre a proibidade administrativa:

“Art. 37, § 4º - A suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

# PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE (PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO)

Esse princípio significa que **todos os atos da administração são públicos**. Ou seja, devem ser disponibilizados para qualquer interessado.

O art. 7, parágrafo 8, da Lei de Licitações dispõe que o cidadão pode ter acesso ao processo licitatório. Pode pedir para ver e tomar conhecimento de tudo que foi feito.

Não deve haver licitação sigilosa.

Junto a este princípio, podemos tratar também do princípio da motivação, que determina que a administração exponha a razão de suas decisões. O cidadão pode questionar a administração, que deve explicitar os motivos que levaram àquela decisão, averiguando ainda se outros princípios foram respeitados ou violados.

# PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Esse princípio determina o **respeito ao que está escrito no edital**, já que nele estão todas as normas a serem aplicadas na licitação. Essa obrigação serve tanto para a administração quanto para os licitantes que participarem. Por esse princípio, qualquer desobediência ao edital é anulada. Abaixo seguem mais informações sobre o que é um edital.

## Princípio extra: celeridade

Esse princípio consta na Lei do Pregão (nº 10.520/02). Determina que sejam **simplificados os procedimentos do pregão presencial e eletrônico**, devendo ser ágil, sem tanto rigor e formalidade. Sempre que possível, as decisões devem ser tomadas durante a sessão para economia de tempo.